

## O DISCURSO EM CARTA ABERTA: CINESIAS DE UMA POLÊMICA

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima\*

Warlles Pereira dos Reis\*\*

**Resumo:** O presente artigo busca, por meio da análise de duas cartas abertas publicadas na mídia digital e impressa, discutir um tema que tem motivado polêmicas, sobretudo pelas cinesias que não se consentem sobre a prática do “aborto”. Para este trabalho, que se configura em uma pesquisa empírica de cunho interpretativo, analisamos duas cartas abertas com posicionamentos opostos sobre a legalização do aborto, à luz do postulado da Análise do Discurso francesa. Por entendermos que a escola é o *locus* adequado para se discutirem práticas sociais, neste artigo analisamos como se sustentam a defesa ou a negação sobre o aborto por diferentes discursos historicamente constituídos. Afora, trata-se de uma reflexão sobre enunciados que se embatem e remetem a um tema que, não raro, é interdito à sala de aula.

**Palavras-chave:** Discurso. Aborto. Carta Aberta. Escola.

### **THE DISCOURSE IN OPEN LETTER: KINESIAS OF A POLEMIC**

**Abstract:** This article seeks, through the analysis of two open letters published in digital and printed media, to discuss a topic that has motivated controversy, especially due to the kinesis that do not consent to the practice of "abortion". For this work, which is an empirical research of an interpretative, we analyzed two open letters with opposing positions on the legalization of abortion. We base ourselves on the postulate of French Discourse Analysis and on theorists that support its conceptual framework. As we understand that the classroom is the appropriate locus to discuss subjective and social practices, in this article we analyze how the defense or denial of abortion is supported by different historically constituted discourses. Aside from that, it is a reflection on statements that clash and refer to a topic that is often forbidden to the classroom.

**Keywords:** Discourse. Abortion. Open Letter. School.

### **Introdução**

Em tempos de fundamentalismo político-religioso, é preciso estarmos atentos ao que nos intima sobre as práticas subjetivas e sociais que nos enredam. A resistência a posicionamentos extremistas deve se implicar na ordem do saber, nas discussões que atravessam os estudos que realizamos com leitura, interpretação e produção de textos em sala de aula. Introduzir certos temas no cotidiano escolar do ensino de Língua Portuguesa tornou-se premência e o trabalho com os gêneros do discurso possibilita que isso se torne realidade.

Assim, o artigo que ora apresentamos impõe-se como uma contribuição a pesquisas que se voltam à sala de aula, especificamente ao trabalho com o texto, com o seu contexto de produção e sua singular relevância. Nosso objetivo é analisar o conteúdo temático sobre a negação ou a defesa do aborto em discursos de cartas abertas mobilizadas por instituições diferentes, observando como os enunciados instauram um efeito de polêmica produzido por discursos conflitantes. No esteio dessa reflexão, tentamos instaurar um diálogo com o conhecimento sobre a condição da mulher na sociedade, observando algumas formas de controle sobre o corpo, ainda preso a estruturas religiosas e aos seus valores.

O tema do aborto povoa muitas discussões em diferentes instâncias enunciativas. A esse respeito, são muitos os discursos que dialogam e outros que duelam entre si. Aqui, especificamente, buscamos entender, por meio de uma análise do gênero carta aberta, duas frentes discursivas opositivas: uma representada por uma entidade feminista e uma representada pela Igreja Católica brasileira.

Coletamos, para tanto, algumas cartas abertas, que circularam na mídia impressa e/ou digital, entre 2008 e 2018, produzidas por entidades religiosas e feministas que apresentam posicionamentos sobre a prática do aborto. Pesquisamos, à luz da Análise do Discurso francesa e dos estudos bakhtinianos sobre gêneros discursivos, algumas noções básicas sobre enunciado, formação discursiva, memória e efeitos de sentido. Selecionamos, entre quatro cartas abertas coletadas, apenas duas para serem analisadas que mobilizam em seus textos posicionamentos de defesa ou de negação do aborto. Destas, extraímos enunciados identificadores de posicionamentos discursivos de cada entidade.

Por entendermos que a escola é o *locus* adequado para se colocarem problemas que remetem a práticas sociais e aos seus contextos históricos e, também, teóricos, discutir polêmicas que circundam a prática do aborto por meio do gênero carta aberta pode permitir a professores e alunos o acesso a interpretações aprofundadas sobre o devido tema. As discussões baseadas nos textos estudados possibilitam o debate e o alcance de ideias fundamentados em pressupostos que lhes são específicos.

Com os posicionamentos discursivos que emanam daqueles que defendem o aborto e o poder de propriedade sobre o corpo ou daqueles que emanam de segmentos religiosos e são contra o antinatalismo, temos dois caminhos que se bifurcam e se projetam enunciativamente. Na seara desse embate, estão as leis brasileiras que também agregam sentidos à polêmica. No Brasil, o aborto é ilegal, conforme podemos observar no site do Supremo Tribunal Federal, cuja Lei<sup>1</sup> adverte o seguinte:

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos. Aborto provocado por terceiro.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:  
Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: Aborto necessário;

§I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro;

§II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Destarte, acreditamos que levar temas polêmicos à sala de aula é estabelecer um diálogo com os textos estudados, é provocar questionamentos a serem explorados, é construir interpretações e agregar saber e conhecimento. É tentar fazer o aluno-leitor entender se os posicionamentos efetivos da Igreja e das feministas elucidam os problemas referentes à prática do aborto, ou se estes mascaram outros sentidos que podem emergir na ordem dos direitos e deveres dos sujeitos em sociedade. Isto posto, problematizamos se os discursos polêmicos sobre o aborto, ao serem trabalhados nas aulas de leitura e produção de texto, por meio do gênero carta aberta, podem possibilitar a construção de posicionamentos críticos advindos da interpretação de discursos conflitantes.

Trabalhar o tema do aborto é uma tarefa complexa, uma vez que nos faz refletir sobre a urgência de se discuti-lo em suas polêmicas. A pergunta

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&s1=54&processo=54>. Acesso em: 12 abr. 2022.

que fazemos, inicialmente, é: como esse assunto tem sido tratado entre os jovens? É um conteúdo que tem alcançado os jovens? A Orientação Sexual constitui um tema transversal no currículo dos Ensinos Fundamental e Médio. Encontra-se, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), respectivamente, no volume “Orientação Sexual: 5ª a 8ª séries” (PCN), e na área de Ciências da Natureza, nas séries finais do Ensino Fundamental (BNCC).

A Orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para implementar suas decisões. (BRASIL, PCN, 1998, p. 293).

Além disso, é fundamental que tenham condições de ser protagonistas na escolha de posicionamentos que valorizem as experiências pessoais e coletivas, e representem o autocuidado com seu corpo e o respeito com o do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. (BRASIL, BNCC, 2018, p. 349).

Por ser um tema transversal, talvez este não seja trabalhado em sua efetividade na sala de aula. O acesso a informações e recursos necessários, ainda, não é uma realidade para boa parte dos sujeitos escolares, principalmente, da escola pública.

Quanto a essas questões, temos dois posicionamentos: um posicionamento laico, que defende que haja educação sexual na escola, e o posicionamento das igrejas que associam a educação sexual a um direito inalienável dos pais que devem orientar seus filhos para a procriação, a geração e a preservação da vida. Tais posturas se estendem, ainda, a visões diversas sobre educação sexual e formação familiar em diferentes condições e possibilidades do discurso. Estas sinalizam direções discursivas, determinadas formas de defesa ou de repulsa ao aborto. São discursos que mobilizam sentidos ordenados, regulares e institucionais de práticas vivenciadas pelos sujeitos em sociedade.

Isto posto, pautamos nossas considerações na proposta teórica da Análise do discurso francesa e de estudiosos, como Foucault (2008), para

entendermos como tais posturas sobre o aborto são sustentadas por determinadas condições enunciativas, e como estas traduzem certas formações discursivas.

Nas palavras de Régine Robin (1977, p. 93-94):

[...] quando se tiverem empreendido longas pesquisas sobre os sistemas de emergência dos objetos, sobre as formas de aparecimento e de distribuição dos modos enunciativos, sobre as formas de colocação e de dispersão dos conceitos, sobre as que regulam o desdobramento das escolhas estratégicas, ter-se-á então construído uma unidade abstrata, a formação discursiva.

O conceito de formação discursiva tem sua singularidade nesta proposta por dar estatuto aos discursos, por orientar como este ou aquele discurso que defende ou repudia o aborto é possível e em que circunstâncias aparecem sob dadas regularidades enunciativas. Somam-se à perspectiva discursiva a abordagem bakhtiniana sobre os gêneros do discurso e teóricos que dialogam com seus conceitos. Estes dão entendimento à configuração do gênero carta aberta, que se constitui em um tipo relativamente estável de enunciado e materializa práticas discursivas da interação humana.

Pelo fato de esta pesquisa se propor a analisar excertos textuais remissivos ao tema do aborto mobilizado em duas cartas abertas, que circularam na mídia impressa e digital entre 2008 e 2018, produzidas por segmentos religiosos e políticos, a metodologia que embasa tal investigação é empírica, bibliográfica, documental e de cunho interpretativo.

O postulado que norteia esta pesquisa e os métodos de análise convocam-nos a observar como os posicionamentos materializados nas cartas carregam uma densidade histórica que embasa suas bandeiras. Movidos por essa postura metodológica, buscamos entender como os sentidos emanam desses posicionamentos políticos e ideológicos e lhes inscrevem uma história que regula seus enunciados. Tal história aclara, de certo modo, que há uma memória que dialoga com os discursos na medida em que lhes dá existência na atualidade.

## **1 A análise do discurso: formação e memória discursivas**

A Análise do Discurso (AD), produzida por Michel Pêcheux no final da década de 60 na França, é uma área de estudo que abrange conhecimentos da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise, que são questionados em sua perspectiva.

Segundo Gregolin (2003, p. 23-24), a AD tem seus primeiros trabalhos a partir de Dubois e Michel Pêcheux no final dos anos 1960. Com o “corte saussureano” inicia-se uma abordagem transdisciplinar proposta por Pêcheux, que por sua vez era ligado ao marxismo e à política, em um período de crise epistemológica da Linguística. Assim, o marxismo e a linguística fazem acontecer o nascimento da AD. Diferentemente de Dubois, para Michel Pêcheux, a AD não era uma extensão da Linguística, mas sim um novo campo de investigação, a reformulação da *parole*. Neste sentido, podemos dizer que a Análise do Discurso surge como uma teoria de intervenção política.

Fernandes (2008, p. 13) afirma que discurso, como propriedade da Análise do Discurso, “não é, necessariamente, língua, fala, nem texto, encontra-se na exterioridade, vinculado à vida social, embora necessite do elemento linguístico para se materializar”. Entendemos, com isso, que o discurso emerge de posições sociais, imbuído de aspectos ideológicos, revelados quando materializados na linguagem, e em diferentes ponderações enunciativas.

Foucault (2008, p. 157), em *A Arqueologia do saber*, assinala que o objetivo da análise do discurso não é definir “os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”. Observamos, nesses termos, que o discurso entra em uma dada ordem, que lhe exige coerência com suas condições de produção e com o lugar histórico-social dos sujeitos que o enunciam.

Os discursos sobre o aborto podem ser considerados uma construção histórica que materializa na linguagem os sentidos que permeiam práticas discursivas culturalmente situadas. Esses sentidos, produzidos como efeito dos discursos, são regidos também pela ordem institucional dos enunciados, o que remete a uma formação discursiva fomentada por uma dada regularidade de enunciados. Segundo Courtine (2009), o termo formação

discursiva (FD) aparece em 1969, com *A Arqueologia do saber* de Michel Foucault, e designa um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, atos de fala ou frases, mas são submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria etc. (BARONAS, 2007). O aborto tem suas regularidades enunciativas nos diferentes suportes midiáticos que enunciam posicionamentos, antagônicos ou não, advindos das diversas instituições sociais. É um tema que, necessariamente, retoma sentidos pré-estabelecidos sobre o que é a maternidade e seus valores, sobre o que é o corpo, sobre o que é vida e morte, sempre permeados pelos significados que os definem em uma dada cultura.

Foucault (2008, p. 36) afirma que “os enunciados estão dispersos no tempo e no espaço e que é preciso, por meio da análise, estabelecer os nexos entre eles”. Assim, a FD, nos termos foucaultianos, procura descrever sistemas de dispersão. Nas palavras do próprio autor, ele assevera que:

[...] no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2008, p. 42-43, grifos do autor).

Esse conceito, singular à teoria da Análise do Discurso de linha francesa, dá-nos a saber que os enunciados produzidos pelos sujeitos seguem regras que possibilitam sua existência. Essas regras são sócio-historicamente determinadas por condições que envolvem os sujeitos, suas escolhas enunciativas, seus discursos regulamentados. E estes, por sua vez, refletem também a ordem institucional que os situa. Assim, só podemos chamar de discurso “um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva” (loc. cit.). Esta, na medida em que é um sistema de dispersão e uma regularidade, determina as correlações entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas.

De certa maneira, as considerações acima mobilizam sentidos que emanam de uma possível memória que é basilar a todo e qualquer discurso.

A memória é constitutiva dos enunciados que são dados pelos usos cotidianos dos sujeitos em interação.

De acordo com Courtine (2009, p. 105-106), memória discursiva diz respeito “à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Os discursos, em diferentes situações de produção e uso, convocam outros discursos por serem retomados em instâncias sociais diversas, como a família, a igreja, a política, a mídia, a escola entre outras. Todas situadas dentro de uma dinâmica que mobiliza a memória coletiva dos sujeitos localizados sócio-historicamente.

Ao considerarmos essas premissas teóricas, entendemos que os sentidos que permeiam a prática do aborto devem ser discutidos. É preciso termos uma noção do que vem a ser essa prática que promove polêmicas em diversas instâncias da sociedade, conforme demonstram as duas cartas abertas que aqui se analisam, uma da esfera religiosa e a outra da esfera feminista.

## **2 Uma discussão sobre a prática do aborto**

O aborto é um tema de acirradas discussões há longos anos, aplacadas por questões de posicionamento ativistas, sejam eles de cunho político-econômico e religioso, para que possa ser garantido ou não por lei pelo Estado, como questão de saúde pública. De acordo com a etimologia do termo, a palavra aborto vem do latim *abortus* (*ab+ortus*), temos *ab*, que significa negação, interrupção e *ortus*, que significa existência, nascimento (MAZZA, 2018).

O controle de nascimento, segundo George Mazza (2018), começa no fim do século XIX nos Estados Unidos, com o movimento feminista liderado por Margaret Sanger, filha de uma família pobre de onze filhos, que passou parte de sua infância e adolescência cuidando dos irmãos. Sua postura, em parte, espelhava sua miserável situação pelo fato de estar inserida em uma família numerosa, pretexto suficiente para iniciar sua luta pela legalização do aborto como meio contraceptivo e assim controlar os nascimentos. De início,

podemos considerar que é uma bandeira que nasce em uma situação pontual e específica.

O autor observa que esta pauta também foi adotada por grandes fundações, como Ford e Rockefeller, realizando pesquisas e trabalhos filantrópicos em que o controle populacional fazia-se necessário para não afetar a economia e a sociedade, colocando em risco a segurança nacional. A fundação *Ford* é hoje uma das maiores patrocinadoras do aborto no mundo. Esse dado assegura o fato de que há interesses maiores que se sobrepõem ao valor humanitário da vida e que reduzem este valor a questões puramente econômicas.

Por semelhante modo, Dana Prado (1985, p. 36) diz que há muito tempo a interrupção da gravidez era ensinada pelas mulheres gregas e romanas, através de plantas medicinais, entre outras técnicas e medidas contraceptivas. Embora não se conheçam as motivações mais recorrentes, naqueles tempos, que levavam as mulheres a se submeterem ao aborto, os métodos eram parecidos com os utilizados nos dias de hoje.

Questões sobre planejamento familiar estão sendo discutidas em várias partes do mundo, e elas estão diretamente ligadas à questão do aborto.

[...] A experiência e a análise histórica têm demonstrado que interromper a gravidez foi, através dos tempos, uma solução generalizada para o controle da natalidade como coadjuvante a diversos métodos, pois é o recurso quando falham os outros. Não há dúvida de que se torna insubstituível quando existe a firme decisão da mulher em evitar um nascimento. (PRADO, 1985, p. 74).

De igual modo, no Brasil, o tema “aborto” sofre grandes embates em relação à sua permissão ou proibição. Há aqueles que entendem que, em dado momento, seja necessário o abortamento em circunstâncias diferenciadas, como, por exemplo, por questões de saúde da mãe, caso ela esteja exposta a riscos de morte, ou até mesmo por motivo de violência sexual, de estupro, entre outras situações indesejáveis de gravidez. Em contraponto, as instituições religiosas e pró-vida lutam pela continuidade da criminalização do aborto. Uma das razões, nesta defesa, é o direito inviolável à vida, segundo o artigo 5º da Constituição brasileira, bem como, e principalmente, para as

instituições religiosas, cuja concepção da vida é atribuída a Deus, criador de todas as coisas e de ser somente Ele o construtor da vida.

O aborto é um assunto delicado e discutido com muito cuidado pelos estudiosos e pela classe jurídica, tanto por ser considerado, por lei e em alguns casos, crime, quanto pelo fato de ser uma conduta que coloca em risco a vida do feto, bem como a vida da gestante. Obviamente, esse tema não se esgota, ele promove inúmeras polêmicas, uma vez que é atravessado por diferentes posicionamentos. Entretanto, para o que propomos, nessa investigação, cujos requisitos estruturais devem assegurar certa concisão, passamos à discussão dos gêneros do discurso segundo os pressupostos discursivos de Mikhail Bakhtin (2003).

### **3 O Gênero carta aberta**

Interagimos socialmente como sujeitos por meio do uso da língua, percebemos essa configuração na sociedade pelas estruturas linguísticas que utilizamos, não de forma solta, estruturas que nos são dadas pelas diversas práticas sociais das quais participamos. Em cada situação de comunicação, segundo Bakhtin (2003), os gêneros são produzidos sob condições específicas de cada campo de utilização da língua. A nossa finalidade discursiva vai determinar a escolha do gênero.

Discutir a questão do aborto sob o viés dos estudos discursivos, possibilitou-nos traçar algumas considerações. Sabemos que esse não é um tema tão acessível como parece, pois, comumente, não o vemos chegar ao campo escolar, nem mesmo às mídias abertas. Em nosso país, tais abordagens estão muito ligadas às esferas políticas e religiosas, e acreditamos que a construção de sentidos é certamente obra de sujeitos inseridos em configurações sociais diversas. Maingueneau (2015, p. 29) afirma que “a noção de discurso constitui, assim, uma espécie de invólucro comum para posições às vezes fortemente divergentes”, o que cabe à maioria possível de indivíduos ter acesso facilitado a temas polêmicos em voga na sociedade.

Por meio dos estudos do gênero do discurso, centrados sobretudo, nas situações de produção dos enunciados em seus aspectos sociais e históricos, procuramos os sentidos e os seus movimentos sobre determinados temas. Sua significação e as características ou aspectos que a embasam, os estilos que perfazem os textos analisados, são caminhos em potencial para os estudos de língua portuguesa, da leitura e interpretação textual, em especial, no Ensino Fundamental e Médio. Rojo (2005, p. 189), em sua perspectiva discursiva, salienta que essa é a busca do analista bakhtiniano: “a busca da significação, da acentuação valorativa do tema, indiciados pelas marcas linguísticas, pelo estilo, pela forma composicional do texto. Talvez por isso a designação *gêneros do discurso*”. Os gêneros, em suas efetivas ações, transmitem diversos temas com aproximações na formas e nos estilos por meio dos quais se expressam e são enunciados, promovendo uma espécie de singularidade ou irrepetibilidade, com seu tempo e lugar histórico específicos que dão uma configuração de caráter original ao enunciado (ROJO, 2005).

Faïta (1997, p. 168) diz que esses enunciados “podem evoluir mediante as relações estabelecidas pelo indivíduo com os polos de orientação social”, seja a própria construção que o locutor ou o interlocutor constrói a seu modo, ou até mesmo as pressões externas que produzem interdições enunciativas. Nesta perspectiva, temos que salientar a noção de gênero discursivo de Bakhtin (2003) que conceitua essa designação nos seguintes termos:

[...] O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos - o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos de *gêneros do discurso*”. (BAKHTIN, 2003, p. 261-262, grifos do autor).

Esses tipos *relativamente estáveis de enunciados* são as estruturas, modos de dizer que utilizamos para interagir, que não são fixos, mas que movem a comunicação humana em suas práticas sociais. Faïta (1997, p. 159) considera não ser uma *etiquetagem* de um objeto mas, “produto de uma relação de cada indivíduo”. São designações baseadas nas práticas sociais que mobilizam uma língua viva utilizada em forma de carta, receita, notícia, debate, aula, propaganda, reportagem etc. Todas essas linguagens que circulam socialmente se materializam em gêneros do discurso, e sua existência ganha visibilidade por meio de textos específicos e pelas funções que motivam a relativa estabilidade desses gêneros utilizados cotidianamente. É como se estes espelhassem os sujeitos em interação, permitindo-lhes uma compreensão no ato da comunicação social.

O gênero carta, nas palavras de Costa (2008, p. 50-51), pode ser definido como sendo “uma mensagem, manuscrita ou impressa, dirigida a uma pessoa ou a uma organização, para comunicar-se-lhe algo”. E complementa que a carta aberta é aquela “que se dirige publicamente a alguém através dos órgãos de imprensa”. Quanto ao seu estilo, conforme o lugar em que circula, pode mobilizar uma linguagem mais formal.

Em sua estrutura composicional, observam-se características que lhe são geralmente comuns, como um título, seguido ou não de um destinatário, uma introdução, um desenvolvimento, uma conclusão e uma despedida. No título, podemos identificar a quem se destina a carta, geralmente a uma comunidade ou a autoridades. Na introdução, como na maioria dos textos dissertativos são expostas as motivações da carta. O desenvolvimento e a conclusão resumem respectivamente o todo dissertativo-argumentativo que mobilizam a carta, bem como as considerações finais que asseguram o posicionamento sobre o conteúdo temático abordado.

A carta aberta tem a peculiaridade de discutir temas geralmente que estão em pauta comumente polêmica. No centro de suas discussões encontram-se as opiniões que “levantam bandeiras” em defesa de algo ou contra algo. São temas que circulam na sociedade, após serem discursivizados nos aparelhos midiáticos e, muitas vezes, após terem chegado ao conhecimento da comunidade em geral.

Em seus traços característicos o gênero carta aberta é normalmente produzido com o objetivo de argumentar, persuadir o maior número de pessoas, em que seu locutor possa expor sua posição sobre temas determinados que convocam a sociedade à reflexão. Diferentemente da carta pessoal ela não está restrita apenas a interlocutores específicos, mas é coletiva, aberta, faz referência a assuntos de consensos e/ou dissensões. Por meio das mídias de massa, tenta promover em seus interlocutores a adesão a certos posicionamentos, haja vista as ferramentas utilizadas para sua argumentação, persuasão e propósito de alcance no domínio das comunicações públicas.

#### **4 A carta aberta em suas condições de produção**

Conforme dissemos, foram coletadas quatro cartas abertas que apresentavam o tema do aborto como fio condutor de sua construção dissertativo-argumentativa. Dessas 4 (quatro) cartas, escolhemos duas para serem analisadas: uma produzida pela *Articulação de Mulheres Brasileiras* (2008) e mobilizada no site da Central Única de Trabalhadores (CUT), cujo posicionamento é em defesa do aborto. E uma outra carta aberta produzida pelo Bispo Diocesano D. José Negri (2018), da Diocese de Santo Amaro, na cidade de São Paulo, que se opõe de modo a repudiar a legalidade do aborto para até o terceiro mês de gravidez e a descriminalização dos processos abortivos já praticados até as doze primeiras semanas de gestação.

Ratificamos que esta pesquisa se enquadra na proposta de uma investigação qualitativa, cujo procedimento documental de cartas abertas, produzidas entre 2008 e 2018, demanda uma análise interpretativa de seu conteúdo temático, de sua estrutura e do seu estilo enunciativo. Com isso, justificamos aqui o porquê de termos selecionado duas cartas apenas, uma produzida em 2008 e outra em 2018, distando uma da outra em um período de dez anos. Essa escolha foi proposital, pois queríamos mostrar como o passado retorna facilmente ao presente, uma vez convocado por temas cotidianos que envolvem as pessoas em sociedade. A regularidade está na

base de todo e qualquer discurso, é ela que faz renascer o tema, que reacende sua polêmica e promove sua nova aparição.

As condições de produção que embasam ambas as cartas é a suposta aprovação da descriminalização do aborto. Então, conforme podemos ler na Carta Aberta 1, as feministas propõem que o projeto de lei que legaliza o aborto no Brasil, resultante do trabalho da Comissão Tripartite, elaborado em 2005 sob coordenação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), seja aprovado. Acrescente-se, para um melhor entendimento, que esta Comissão foi instalada pelo Governo Federal para responder à deliberação da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), deliberação esta que foi reafirmada na II CNPM, eventos reuniram mais de 200 mil mulheres nos anos de 2004 e 2007.

Já a Carta Aberta 2, produzida em 2018 pelo Bispo Dom José Negri, coloca-se terminantemente contra a legalização do aborto. A situação de produção foi motivada pelo fato de estar se discutindo a descriminalização do aborto pelo Supremo Tribunal Federal no supracitado ano.

Essas são condições que dialogam com o lugar social das instituições, no caso deste trabalho, sindicais e religiosas. Assim, os discursos sobre o aborto têm ganhado dimensão, bem como o seu caráter polêmico tem povoado a mídia e instituições que reivindicam os posicionamentos de adeptos. Então, os aspectos mais significativos de cada carta traduzem a reivindicação de seus autores que impulsiona posicionamentos discursivos em seus leitores. Disso resultam considerações inscritas na materialidade de cada texto, conduzindo o seu formato em uma relativa estabilidade, bem como os diferentes estilos que embasam o tema.

Segundo Bakhtin (2003, p. 133):

[...] o tema da enunciação é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação. Se perdermos de vista os elementos da situação, estaremos tão pouco aptos a compreender a enunciação como se perdêssemos suas palavras mais importantes. O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. Isto é o que se entende por tema da enunciação.

Vemos a relevância dada ao tema da enunciação que move cada gênero. Há um ritual a ser seguido, um formato relativamente estável que não se dissocia do modo como se enunciam certos temas. Estes são regidos pelos papéis preestabelecidos de seus enunciadores e por suas propriedades composicionais singulares.

Para melhor organização da análise dos dados aqui coletados, selecionamos 5 (cinco) excertos da Carta Aberta 1 e 5 (cinco) excertos da Carta Aberta 2, cujos posicionamentos mostram e denunciam suas bandeiras.

A saber, vejamos as partes destacadas:

### **CARTA ABERTA 1: PORQUE DEFENDEMOS A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO**

1.1) O Estado tem o dever de garantir os direitos das mulheres a evitar filhos através de métodos anti-conceptivos acessíveis e seguros para a saúde e, nos casos extremos, pela assistência ao aborto legal na rede pública de saúde.

1.2) Ainda que compreendamos a importância da função social da reprodução da espécie humana, as mulheres não são uma função, embora possam responder por parte desta função social quando assim decidirem.

1.3) O pensamento conservador de todos os tempos, associa sexualidade unicamente à função reprodutiva, sem levar em conta o direito ao prazer. A cultura política moderna-conservadora institui o casamento burguês na forma de contrato civil, que prevê a formação de uma família nuclear hetero sexual cuja função primordial é garantir sexo para reprodução da família e do seu patrimônio. Complementa este sistema, a pornografia e a prostituição das mulheres como as alternativas para o direito ao prazer, dos homens.

1.4) Descriminalizar o aborto não é justo o suficiente, pois não obriga o Estado a desenvolver políticas públicas; por isso nossa luta é pela legalização do aborto. Aborto legalizado significa que nenhuma mulher poderá ser presa por esta prática e que o Estado estará obrigado a garantir assistência à saúde desta mulher na rede pública.

1.5) É absolutamente necessário para a conquista da autonomia das mulheres, que a reprodução e a sexualidade sejam experiências possíveis de dissociação, para plena vivência da sexualidade pelas mulheres e da maternidade para aquelas que desejarem ser mães.

### **CARTA ABERTA 2: CARTA DE REPÚDIO À LEGALIZAÇÃO DO ABORTO**

2.1) Repudiamos já as situações nas quais o aborto não é criminalizado, que são os casos de anencefalia do feto, de mulheres vítimas de estupro e quando a gestação representa risco para a mulher.

2.2) Manifestamos nossa postura contrária à descriminalização em todas estas situações, pois, além de ferir o dom precioso da vida, privam estas crianças do direito de nascer. Sabemos que além da criança estar em um estado de sua maior vulnerabilidade, que é no início de sua vida, a mãe, muitas vezes, também se encontra vulnerável, fragilizada por uma situação que foge ao seu controle.

2.3) Ignorar o valor da Pessoa Humana, criar políticas e praticar atos que atentem contra a sua integridade, é reduzir a pessoa à condição de coisa, retirando dela sua dignidade. A Pessoa é um fim em si mesmo e nunca um meio. Independente de crenças religiosas ou de convicções filosóficas ou políticas, a vida e a dignidade são valores éticos, são Direitos Naturais que não são frutos de acordos, pactos, nem de concessões que sejam elaboração de um direito positivo ou dependente da vontade dos legisladores. Por mais que seja legalizado o aborto, em qualquer condição, ele nunca será uma prática justa.

2.4) O Papa Francisco nos fala do grave problema da alterada relação com a vida, da mentalidade muito difundida que fez perder a necessária sensibilidade pessoal e social pelo acolhimento de uma nova vida. O drama do aborto, diz o Papa, é vivido por alguns com uma consciência superficial, quase sem se dar conta do gravíssimo mal que um gesto semelhante comporta. E ele está sendo tratado pelo Supremo Tribunal Federal com esta superficialidade, sem a devida seriedade para com a vida humana nascente.

2.5) A Igreja Católica desde sempre defende a vida nas suas várias fases, e protege o ser humano nos vários estágios de seu desenvolvimento, principalmente onde ele se encontra em maior vulnerabilidade. Repudiamos, portanto, toda e qualquer prática que promova ou descriminaliza o aborto em toda e qualquer situação. Nosso objetivo é garantir ao ser humano uma real proteção e dizer um grande SIM à VIDA!

Pelos excertos escolhidos, observamos que as condições de produção de cada carta giram em torno de suas concepções políticas a respeito do tema escolhido e revelam os principais pontos de interesse de determinado grupo social sobre o aborto. As feministas escolheram o dia 8 de março de 2008, em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, para defenderem o direito ao aborto.

Observamos o lugar de enunciação que os sujeitos ocupam nessas cartas e o lugar do outro, de quem se fala, nessas mesmas cartas, e as relações que esses enunciadorees estabelecem com os seus leitores.

Na primeira carta, deparamo-nos com um conteúdo temático que move alguns sentidos do aborto para um grupo que o defende, como um modo de resistência no interior das relações de poder que embasam os sentidos sobre

a prática do aborto. Este, talvez, seja o principal objetivo dos grupos a favor da interrupção da vida em determinados aspectos: tornar o aborto uma questão de saúde pública garantida por lei e, com isto, tentar amenizar os sofrimentos e efeitos danosos de tal procedimento. Alguns métodos contraceptivos já são oferecidos na rede pública de saúde, dentre eles temos o preservativo e o Dispositivo Intrauterino (DIU), por exemplo. Porém, o interesse de tais movimentos em prol do direito ao aborto é ampliar a discussão divergente no campo legislativo, para que este possa promover uma lei que não criminalize aquelas mulheres ou autores do processo abortivo que não gostariam de seguir com uma gravidez indesejada, independentemente de suas circunstâncias de concepção.

Quanto ao estilo que se mobiliza na mensagem, percebemos uma construção mais objetiva, com clareza e precisão nas ideias. A sequência de termos, como: *o estado tem o dever, o pensamento conservador, nossa luta, o estado estará obrigado, a conquista da autonomia*, produz um efeito de sentido de militância e bandeira políticas. Consoante o argumento sindical, as mulheres não fazem parte somente de uma função reprodutiva, embora sejam parte fundamental neste processo. A ideia de que o bebê é parte do corpo da mulher é um conceito em debate há séculos, imaginava-se que o feto era um apêndice da mãe, parte do corpo da gestante. Todavia, “sabemos, pelas ciências biológicas, que o bebê tem seu próprio ritmo de desenvolvimento em relação ao da mulher” (MAZZA, 2018, p. 138). O sentido aqui é dar o direito à mulher de decidir o que fazer com seu corpo, não levando em consideração a vida independente do feto.

Além da descriminalização do aborto, o texto propõe a providência por parte do Estado de todo o aparato médico e hospitalar da rede pública, que possa subsidiar tanto o ato de abortar quanto o momento após o devido procedimento, a fim de minimizar os efeitos, bem como sua recuperação. Com a legalização, o Governo teria que, por obrigação, dar todo o respaldo às mulheres que queiram interromper a gestação, seja qual for o período gestacional.

Por fim, o que também percebemos na carta é uma ruptura com os sentidos de uma concepção ideal, romantizada. Ou seja, se por algum motivo

houver uma gravidez, a mulher deve por si mesma escolher o que fazer com seu corpo. Tal argumento embasa enunciados em seus aspectos militantemente sócio-históricos que reacendem práticas de liberdade sobre o corpo. Um dos *slogans* utilizados por grupos feministas que se posicionam a favor do aborto diz: *meu corpo, minhas regras*. Ora, sabemos que regras são institucionais e não existem fora de uma ordem de discursos, fundamentados no aparato coletivo. Nas palavras de Foucault (2006, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Se os direitos pretendidos ainda não foram atendidos, a luta feminista continua.

A segunda carta aberta segue um posicionamento religioso sobre o aborto. É também uma “bandeira” que se levanta sobre o mesmo tema, porém com um estilo diferente da anterior, uma vez que “a visão, a tendência, o ponto de vista, a opinião tem sempre sua expressão verbal” (BAKHTIN, 2003, p. 303). Enunciar de um lugar religioso sinaliza condições de produção de sentidos específicas remissivas a esferas de atividades regidas por leis próprias, “as quais determinam a posição, os poderes, os deveres, os valores, os *habitus* dos indivíduos que atuam nesses campos e esferas” (ROJO, 2015, p. 59). Contudo, esse discurso não representa todo o campo religioso cristão, sabemos que no mesmo viés há o protestantismo que pode ter visões diferentes ou iguais. Compete-nos aqui analisar o conteúdo enunciativo das duas cartas selecionadas, o modo como este é mobilizado e os seus efeitos de sentido nos gêneros em que se materializam.

De forma rígida, percebemos no discurso religioso que perpassa os excertos escolhidos na carta que há um repúdio até mesmo aos casos em que o aborto é descriminalizado, e mostra um conservadorismo posicionado contra a prática abortista. É um discurso que dá a entender que em nenhuma hipótese de exceção se deve permitir a interrupção da gravidez. Conforme assinala Foucault (2006, p. 36), a produção do discurso tem seus princípios de coerção, e “é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva”. A igreja católica entende que tanto a situação da mãe, como a da criança estão fora de controle. Isso consiste em dizer que qualquer decisão que seja tomada pela

mulher grávida seria tendenciosa ao ponto mais negativo, segundo o texto, nesse caso, ao abortamento. Além disso, para o Bispo Dom José Negri, nenhum homem ou mulher tem o direito de descontinuar a gravidez, interrompendo a vida de uma criança em período gestacional, pelo fato de a vida ser um dom divino e que somente Deus pode determinar sobre isso, por entender que Ele é o autor da vida.

Passagens, como: *Sabemos que além da criança estar em um estado de sua maior vulnerabilidade, Ignorar o valor da Pessoa Humana, O Papa Francisco nos fala do grave problema da alterada relação com a vida, da mentalidade muito difundida que fez perder a necessária sensibilidade pessoal e social pelo acolhimento de uma nova vida*, entre outras, mobilizadas na primeira pessoa “nós”, como no texto anterior, pontuam o lugar plural, do coletivo, dos sujeitos que, na carta dois, enunciam um estilo de linguagem conservador e movido pelas figuras remissivas à religiosidade. O enunciado se acoberta dessa regularidade e demarca o posicionamento adepto ao catolicismo.

Em: *Nosso objetivo é garantir ao ser humano uma real proteção e dizer um grande SIM à VIDA!*, destaca-se uma expressão hiperbólica que vai fechar o posicionamento enunciativo da Igreja Católica sobre o aborto. A igreja que protege, a igreja que garante o sim à vida, principalmente, à vida dos desamparados e vulneráveis. Em resumo, a carta finda com uma positividade do sim para fazer frente contrária às propostas que tramitam no parlamento e na suprema corte judicial brasileira.

A Igreja Católica, por meio desse discurso veiculado na internet por carta aberta, direciona seus adeptos a se posicionarem no mesmo sentido, a fim de marcar sua posição sobre a criação de leis que porventura venham a surgir descriminalizando o aborto. Com isso, afirma que o direito à vida não pode ser pensado de forma política, filosófica, nem religiosa, é um *Direito Natural*, sem acordos, pactos feitos por pessoas de opinião própria, legisladores que não têm total domínio sobre temas tão controversos, segundo as próprias palavras do Papa: *tratando de forma superficial o acolhimento por uma nova vida, sem se dar conta do gravíssimo mal*. Essa seria uma prática injusta, conforme aponta o Bispo Negri. No último excerto, o clérigo finaliza

reafirmando que em nenhuma condição há espaço para a descriminalização do aborto e que a vida é guardada principalmente em seu período mais vulnerável, a gestação.

Analisar tais excertos foi-nos bastante desafiador, não apenas pela temática, mas pela percepção que estes nos deram sobre os olhares heterogêneos que movem a sociedade. É preciso que levemos tais temas para as escolas, para a sala de aula, para que os jovens escolares amadureçam sua interpretação, enriqueçam os sentidos sobre práticas sociais que lhe são próximas. O viés para isso é o estudo dos gêneros do discurso, nas aulas de Língua Portuguesa, enquanto possibilidade de conscientização que saia dos muros que circundam a universidade.

### **Considerações finais**

Ao propormos este trabalho, pensamos nas condições de apropriação dos conteúdos de Língua Portuguesa pelos alunos do Ensino Fundamental e Médio. Essas condições podem ser construídas entre professor e aluno de modo que viabilizem movimentos de interpretação.

Quando se trabalha o gênero carta aberta no Ensino Fundamental e Médio, o que observamos nos livros didáticos é que tal estudo ainda se volta para as questões mais composicionais do gênero do discurso. Propomos aqui que outros aspectos, como o conteúdo temático e o estilo, possam promover reflexão e criticidade entre os leitores de cartas abertas na educação básica. Isso, necessariamente, pode reduzir a distância entre o que se produz na teoria e a prática escolar. Afora, explorar certos temas na escola, pelo viés dos estudos dos gêneros discursivos, pode se reverter em um fazer útil, em uma produção de atividades de ensino que abracem o saber que se move na academia de modo mais objetivo. A carta aberta pode ser estudada e abordada em suas diversas perspectivas, para que se possibilite uma discussão dinâmica em sala de aula, de modo a se extrair o máximo de informações possíveis e de questões que embasem um produtivo debate.

Escolher determinados temas para serem trabalhados em sala de aula pode ser uma proposta para se ir além do que se considera descrever,

interpretar e compreender conteúdos e sua aplicação. É dizer, em outras palavras, que os trabalhos que produzimos aqui não se resumem a comunicações silenciadas e esquecidas. É preciso que saíamos da neutralidade e nos aproximemos das fragilidades que permeiam a prática escolar. Por esse motivo, o propósito deste trabalho é fazer-se útil em não se restringir a uma mera reflexão sobre o aborto, mas torná-la acessível por meio de um estudo que ultrapasse os limites da forma.

Ademais, a preocupação é atender à transversalidade dos temas sociais acessíveis aos jovens escolares, para que as posições teóricas se revertam em contribuição no processo de construção do conhecimento do sujeito escolar.

## **Notas**

\* Doutora em Linguística, Pós-Doutora em Linguística e em Crítica Cultural, Universidade Estadual de Goiás, ffpalima@uol.com.br.

\*\*Graduado em Letras, Universidade Estadual de Goiás, warlles.preis@hotmail.com.

## **Referências**

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção- conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf).

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. São Paulo: EDUC / Campinas: Pontes, 1991.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.
- FAÏTA, Daniel. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GREGOLIN, Maria do Rosário de Fátima. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco C. dos (org.). **Teorias linguísticas**: problemáticas contemporâneas. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAZZA, George. **O que você precisa saber sobre o aborto**. Campinas, SP: Ecclesiae, 2018.
- PRADO, Dana. **O que é aborto**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- ROBIN, Régine. **História e linguística**. Tradução de Adélia Bolle. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.
- ROJO, Roxane. **Gêneros do discurso e gêneros textuais**: questões teóricas e aplicadas. In: MEUER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros: teoria, métodos, debates**. São Paulo. Parábola Editorial, 2005.
- ROJO, Roxane; BARBOSA, Jaqueline. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Recebido em: agosto/2022.  
Aprovado em: maio/2022.